



CARTILHA EDUCATIVA COMO RECURSO PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA

Marcus Henrique Oliveira de Jesus (IFBA)

E-mail: marcushenrique103@gmail.com

Anízia Conceição Cabral de Assunção Oliveira (IFBA)

E-mail: aniziacaoliveira@gmail.com

Resumo: Este trabalho reflete sobre o tratamento da temática de degradação de espaços costeiros nas aulas de Geografia a partir da valorização do uso de cartilha educativa como recurso didático-pedagógico. Aborda, o currículo escolar de Geografia e a inserção das temáticas socioambientais como conteúdo de ensino socialmente relevante e, posteriormente, discute o uso de cartilhas para o ensino de Geografia, e o estudo do lugar de vivência. A construção de cartilha como recurso didático e pedagógico se configura como um importante elemento a ser usado nas aulas de Geografia pois possibilita, mediante a adoção de uma linguagem leve e lúdica, a reflexão sobre problemáticas que afetam o dia a dia dos alunos. A temática de degradação de ambientes naturais demanda o entendimento crítico dos fenômenos pelo seu reconhecimento enquanto categoria resultante da atuação/interferência de agentes transformadores no espaço.

Palavras-chave: Recursos Didáticos, Cartilha educativa, Temáticas socioambientais.

Eixo temático: GT2 - A Educação Geográfica, suas Linguagens e Representações Espaciais

INTRODUÇÃO

O tratamento da temática de degradação de espaços costeiros faz destacar a preocupação da disciplina Geografia com a operacionalização/implementação de um ensino crítico, que busque, dentro de uma perspectiva integradora, a compreensão da realidade socioambiental adversa, contribuindo para o elucidar dos fenômenos geográficos, para entendimento das formas de apropriação do espaço e das problemáticas a elas relacionadas.



A discussão sobre a degradação de espaços costeiros, entendida enquanto problemática resultante de processos históricos e de construção social, invoca abordagens teórico-metodológicas voltadas, por exemplo, à consideração do lugar de vivência, da realidade próxima e à mediação entre conhecimentos cotidianos e científicos.

É diante disso que iniciativas de valorização de processos de ensino para o tratamento significativo de temas geográficos são cada vez mais necessárias. Frente aos fundamentos da Geografia escolar e da Didática, urgem propostas amparadas na relação interdependente entre objetivos, conteúdos e métodos de ensino que possam utilizar recursos didáticos como caminhos para a mediação pedagógica.

Nessa perspectiva, o presente texto visa destacar a potencialidade do recurso cartilha educativa para o tratamento da temática de degradação costeira como instrumento a ser utilizado nas aulas de Geografia.

Esta proposta está amparada nos resultados do Projeto *Práticas ambientais no Litoral Norte da Bahia: a Geografia Escolar no tratamento da temática de degradação de espaços costeiros*. Durante os últimos quatro anos, vêm se desenvolvendo pesquisas relacionadas ao fenômeno de transformações socioespaciais ocorridas no Litoral Norte da Bahia, as quais resultaram em: (1) análise da dinâmica biofísica e do uso e ocupação da paisagem costeira de Conde-BA (Vitória, Jesus e Oliveira, 2016); (2) diagnósticos sobre o padrão de uso e ocupação do espaço costeiro de Conde-BA (Jesus e Oliveira, 2017a); (3) em proposições sobre a dialética *sertão* e *litoral* (Jesus e Oliveira, 2017b); (4) em levantamentos sobre os processos de transformações socioespaciais do Litoral Norte da Bahia e as relações estabelecidas entre os fenômenos registrados e o espaço costeiro do município anteriormente citado (Jesus e Oliveira, 2016); (5) e análises sobre os paradigmas de desenvolvimento e perspectivas de planejamento para este espaço (Jesus e Oliveira, 2017c).

Diante do desenvolvimento das pesquisas foram alcançados resultados sobre as transformações socioespaciais e degradação ambiental no litoral



amparados em um amplo referencial teórico e conceitual que servirão como direcionamento para o delineamento da abordagem de conteúdo a ser utilizada na elaboração da cartilha.

Essa discussão deve, portanto, compor o elenco de conteúdos da Geografia Escolar ganhando assim o *status* de temática socialmente relevante, sobretudo para as comunidades que convivem com essas problemáticas (Vitória, 2016). A identificação das possibilidades de mediações didático-pedagógicas entre a Geografia Acadêmica e a Geografia Escolar para tratamento do tema em formato de cartilha, servirá para a construção de uma ética ambiental e como subsídio para a construção da cidadania, fomentando assim a participação civil nos ditames decisórios. Diante disso, a Geografia Acadêmica, como ciência institucionalizada na academia, cumpre seu papel ao gerar conhecimentos a serem utilizados por aqueles menos privilegiados, assumindo assim a sua função como disciplina engajada politicamente na busca de uma sociedade mais justa.

Apresentamos por tal o lastro de discussão do presente trabalho que se divide em dois tópicos. O primeiro busca tratar das temáticas físico-naturais como currículo do ensino de Geografia na educação básica. Nesse sentido, se pretende a inclusão e a construção de uma justificativa para abordagem tanto como tema socialmente relevante, quanto como conteúdo privilegiado a ser abordado dentro de uma dialética de escalas desde o lugar ao global.

No segundo tópico a pretensão é discutir o uso de cartilhas como instrumentos importantes para o ensino de Geografia. Atentando assim para o fato de que a construção de recursos didáticos que tenham características dos lugares é essencial para a construção de um processo de ensino-aprendizagem em Geografia em que o lugar seja um ponto de partida para as discussões e desvelamento dos problemas. Nossa ideia central é subsidiar, a partir dessa proposta inicial, um debate acerca da construção de cartilhas educativas em que



ocorra a transposição ou mediação didática de conteúdos produzidos no âmbito da investigação da realidade próxima¹.

CURRÍCULO ESCOLAR DE GEOGRAFIA: A INSERÇÃO DA TEMÁTICA DE DEGRADAÇÃO DE ESPAÇOS COSTEIROS COMO CONTEÚDO DE ENSINO SOCIALMENTE RELEVANTE

Um programa oficial pronto e organizado para se adequar/aplicar em todas as escolas passa por cima das contradições existentes na sociedade de um modo mais amplo, e da diversidade que existe nos níveis regionais. Supõe uma sociedade harmônica e homogênea e desconhece/despreza as contradições regionalizadas e localizadas. É, sem dúvida, um instrumento de poder e como tal funciona ideologicamente no sentido de se perceber/ reconhecer apenas os problemas mais gerais, sem considerar a realidade concreta em que vivem os alunos e mesmo os professores (CALLAI, 2001, p. 135).

Iniciaremos nossas proposições através da citação de um trecho escrito pela Prof^a Helena Callai na revista científica Terra Livre, edição de 2001. Este é bastante elucidativo ao tratar do programa oficial proposto pelos governos como uma meta a ser cumprida, e que neste caso, como alertado pela autora, não consegue desvelar as próprias contradições existentes na sociedade, e em um contexto mais amplo de região para região. Ou seja, um currículo escolar com conteúdos propostos para aplicação acaba por delinear uma perspectiva homogênea de formação que acaba obscurecendo as particularidades e singularidades dos lugares, paisagens, regiões, territórios e espaços.

Posto isso, lembramos que o currículo é um elemento que exprime fundamentos políticos e pedagógicos que estão orientando o ensino. Portanto, é algo que se estrutura com uma funcionalidade formativa específica, como podemos verificar ao longo da história da Geografia Escolar em nosso país, que sensivelmente estava atrelada a construção da identidade nacional juntamente com a disciplina de História. Como destaca Callai (2001),

¹ Aqui estamos nos referindo aquelas pesquisas específicas sobre fenômenos em determinados locais que podem servir de elementos para o conteúdo escolar para as unidades escolares pertencentes a estes locais.



E, mesmo que não o sejam, o professor remete para fora de si a organização dos conteúdos nas diversas séries e nos diversos graus de nosso ensino. Se em determinado momento a Geografia serviu para enaltecer o nacionalismo patriótico brasileiro (e hoje nós podemos examiná-lo assim), atualmente a maioria dos professores não consegue perceber a qual interesse está ligada a forma de estruturação do conhecimento veiculado nas aulas, nos livros, nos textos utilizados. E tem sido um conhecimento estruturado de tal forma que não permite que se conheça realmente a realidade que é estudada. Sem falar na fragmentação produzida pela divisão em disciplinas e no interior delas; no caso da Geografia, a fragmentação acontece de tal forma que impede o raciocínio lógico capaz de dar conta do objeto que deve tratar. São questões (físicas) naturais e humanas, são termos de relevo, vegetação clima, população, êxodo rural e migrações, estrutura urbana e vida nas cidades, industrialização e agricultura... estudados como conceitos a-históricos, abstratos, neutros, sem ligação com a realidade concreta (CALLAI, 2001, p. 139).

Assim podemos destacar a importância dos conteúdos que são estruturantes dentro do currículo e como eles podem estar associados ou não a uma função de formação. Ao verificar ainda mais o trecho citado, também observamos que os currículos podem reproduzir determinadas fragmentações que existem no âmbito da ciência científica e escolar, e dotar conceitos, categorias de características a-históricas, inviabilizando assim uma série de problematizações acerca da realidade sensível em movimento ou até mesmo destituído o potencial político e significativo da temática a ser discutida no âmbito das salas de aula.

Também é importante ressaltar o papel do professor nesse sentido, já que como destacado pela autora “remete para fora de si a organização dos conteúdos nas diversas séries e nos diversos graus de nosso ensino” (Callai, 2001, p. 139), ou seja, o professor se exime da participação ativa na escolha dos conteúdos que irão compor a sua própria prática de ensino nas unidades escolares.

Após essa breve ilustração da importância dos currículos, seguindo nossas pretensões, buscamos analisar dentro dos parâmetros curriculares nacionais a inserção dos conteúdos referentes ao tratamento das temáticas físico-naturais,



onde poderíamos encontrar assim, possivelmente, o conteúdo relativo a degradação de espaços costeiros. Lembramos que “O documento procura comunicar os aspectos em comum na educação de todas as regiões do país, além de determinar princípios no projeto educativo brasileiro e propor reflexões e releituras na prática pedagógica do professor” (Silva *et al*, 2015, p. 7), para além disso é um documento público de acesso livre e que visa de certo modo estipular parâmetros básicos dentro do reconhecimento de que o Brasil é um país com uma riqueza em diversidade étnica e cultural.

Ao considerarmos os PCNs construídos como orientação de ensino para alunos da 5ª a 8ª séries (atualmente do 6º ao 9º ano do ensino fundamental II), podemos verificar uma abertura para o tratamento da temática físico-natural a partir de uma abordagem integrada que se orienta para os estudos da natureza frente a ação do homem. Só como exemplo destacamos aqui sugestões expostas para o Eixo 2: O estudo da natureza e a sua importância para o homem (BRASIL, 1998) onde são sugeridas abordagens para tratar do turismo e a degradação do ambiente; industrialização, degradação do ambiente e modo de vida; poluição ambiental e modo de vida urbano; entre outros. Observamos que se abre possibilidade para o tratamento de temáticas mais específicas, como a de degradação de espaços costeiros que auxiliem na construção da cidadania.

Como exposto por Morais (2011) ao dialogar a possibilidade de os conhecimentos sobre temáticas físico-naturais da Geografia auxiliarem na constituição da cidadania entre os discentes da educação básica, pontuamos assim como a autora, que o tratamento destas temáticas tratadas por si só, sem ter a ação do homem integrada como agente importante nas transformações socioespaciais, acaba por perder o sentido real da própria função da Geografia já que seu objeto privilegia a relação sociedade-natureza como algo indissociável.

Retornando ao cerne do nosso objetivo, não encontramos claramente dentro dos itens de sugestão ou dos eixos a serem tratados nas séries conteúdos referentes a degradação de espaços costeiros no PCN citado (Brasil, 1998). No entanto encontramos a possibilidade de ser inserida dentro dos itens propostos,



como o de modo de vida urbano, poluição ambiental, indústria do turismo e degradação ambiental, entre outros. O que podemos nesse sentido, problematizar esse conteúdo através de vetores de modernização territorial que transformam o espaço (Jesus e Oliveira, 2016), sobretudo aqueles associados ao turismo e a industrialização, inserindo assim o espaço costeiro como paisagem física onde ocorrem tais transformações.

Assim encontramos uma potencialidade no ensino da temática de degradação de espaços costeiros no auxílio da superação de uma Geografia fragmentária, construindo assim uma perspectiva analítica em que a dialética entre homem e natureza possa ser utilizada como luz para o desvelamento da problemática que envolve a poluição, descaracterização de sistemas biofísicos, ocupações inadequadas e etc. Para além disso,

Os temas estudados devem estar inseridos num quadro de referências e explicações que deem significado para eles, que demonstrem a importância de compreender estas realidades que podem ser locais, mas que expressam/demonstram questões que são da humanidade (Callai, 2001, p. 146).

Ou seja, também se deve atentar para o fato que este conteúdo tem um significado ímpar para alunos da educação básica que residem em municípios que estão situados na zona costeira, servindo assim como lastro para discussão de fenômenos que se apresentam na escala local, mas que estão dialogando com outras escalas, como a regional, nacional e global. Demonstrando assim como as decisões ou interesses políticos e econômicos em outros espaços intervêm (in)diretamente no seu cotidiano, assim como as transformações por elas engendradas.

Por outro lado, destacamos que cabe ao professor e/ou unidade escolar privilegiar abordagens metodológicas que considerem as realidades próximas, as problemáticas que se manifestam nos lugares e que podem se traduzir como conteúdos a partir da percepção da sua importância para a comunidade ao qual



está inserida, reconhecendo como conhecimento substancial para prática da cidadania.

USO DE CARTILHAS COMO RECURSO DIDÁTICO NO ENSINO DE GEOGRAFIA

No tópico anterior discutimos de forma breve algumas questões pertinentes ao nosso intento de construção de um material didático voltado para o ensino da temática de degradação de espaços costeiros. Tentamos a princípio encontrar algum respaldo dentro dos PCNs como uma possibilidade de inserir esse conteúdo dentro do próprio fluxo da Geografia Escolar, no entanto observamos que não é uma temática a ser privilegiada apesar do caráter diverso do documento. Porém, podemos observar que existem brechas que permitem a inserção através de outros temas que são transversais ao nosso. Agora decidimos arrolar algumas questões que pensamos ser essenciais para a construção de uma cartilha voltada para o ensino dessa temática no âmbito da Geografia Escolar.

Inicialmente admitimos que há uma distinção clara entre Geografia Acadêmica e a Geografia Escolar, a primeira é aquela responsável pela construção do conhecimento sobre a realidade através da operacionalização da categoria filosófica espaço e do suporte de outras categorias como território, paisagem, lugar, território e região. No entanto, utiliza também um amplo arcabouço teórico e conceitual constituído dentro da ciência no seu movimento interno e externo e tem seu cotidiano marcado pelos ambientes acadêmicos, sobretudo as universidades. Já a segunda, se distancia da primeira ao ter sua construção mais associada ao cotidiano escolar e a experiência do professor (Cavalcanti, 2012), que nesse sentido assume o protagonismo da produção desta disciplina escolar, diferente da sua respectiva acadêmica onde o cientista é o principal agente. Porém as duas estão em constante processo de aproximação através das mediações que transformam os conhecimentos repletos de rigores teóricos e conceituais sobre o espaço em conteúdos escolares para o processo



de ensino-aprendizagem na educação básica, adquirindo assim uma *roupagem* mais *adequada* ao seu público.

Partindo desse pressuposto, encontramos um horizonte interessante para a elaboração da cartilha, já que nossa proposição surge através da construção de conhecimentos amparados na Geografia Acadêmica e agora decide-se realizar a mediação para que estes se tornem conteúdos a serem tratados no interior de uma cartilha que trate da temática de degradação de espaços costeiros em unidades escolares.

Observamos alguns entraves que são bem demarcados por Kaercher (2007) a partir das investigações por ele realizadas. São obstáculos que impedem um processo de ensino-aprendizagem enriquecido da Geografia, assim como acabam por transformá-la em “gigante de pés de barro”, “*fast food*” e até “pastel de vento”. Somado a isso, observamos através das nossas próprias investigações que muitos dos professores de Geografia da rede básica pública acabam por se tornar reféns do livro didático como material usado para simples reprodução do que consta nas obras. E existem poucas iniciativas de criação de recursos próprios. Como sabemos, uma aprendizagem significativa deve correlacionar os conhecimentos trazidos pelos alunos com outros fenômenos, apresentando assim conflitos cognitivos como proposto por Kaercher (2007).

Nesse sentido, a proposição de um recurso didático que destaque as particularidades do lugar permite a valorização dos saberes cotidianos, uma maior identificação da importância do tema, bem como possibilita a geração de significação em relação aos conteúdos trabalhados. Dito isto, percebemos também que, como nossa proposta não é um conteúdo privilegiado nos PCNs, tampouco se configura como presente nos livros didáticos, pensamos, portanto, que para o tratamento dessa temática surge a possibilidade de criação de uma cartilha como recurso potencial para auxiliar na compreensão da dimensão de usos e ocupações em espaços costeiros e alteridades decorrentes destas, e também se apresentará como uma alternativa ao livro didático tradicional, mas que não servirá como camisa de força.



Nessa perspectiva, a elaboração da cartilha pedagógica voltada ao ensino de Geografia no ensino básico deverá contar com levantamento bibliográfico; levantamento de recursos didáticos textuais; identificação das possibilidades de mediação didática dos conteúdos técnico-científicos para escolares do ensino de Geografia que considere os conceitos atrelados ao currículo da Geografia Acadêmica e as preocupações didático-pedagógicas da Geografia Escolar; elaboração da abordagem de conteúdo e da estrutura didático-pedagógica que irá nortear a cartilha; definição da abordagem estética e as características de diagramação para a construção da cartilha.

Salientamos a potencialidade do recurso em permitir aos alunos, através de uma linguagem lúdica e leve, a percepção e apreensão de problemáticas como a das desigualdades e exclusões; das modificações no espaço frente a atuação contraditória de agentes econômicos, políticos e sociais; da questão ambiental revelada como produto de processos históricos de apropriação e que envolve a análise das relações dinâmicas e interações que se estabelecem entre elementos naturais e sociais.

A investigação de problemáticas relacionadas a temas ambientais socialmente relevantes contribui com maior facilidade para o desenvolvimento do raciocínio geográfico pelo aluno e requer a consideração de um elenco de conceitos sistematizadores e conteúdos fundantes para a organização da prática docente em Geografia na escola básica. Nesse contexto é que se expõe a importância do ensino de uma Geografia que consiga ressignificar os conteúdos escolares como desafio a ser superado por práticas docentes comprometidas com um ensino crítico e problematizador.

Pretendemos a construção de compreensões sobre o meio ambiente, espaços costeiros, natureza e sociedade, assim como a mobilização ativa de conceitos e categorias que em muitos casos aparecem como já citado pela professora Callai (2001) de maneira a-histórica ou carregada de neutralidade dentro do repertório do currículo escolar.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

As áreas costeiras abrigam conflitos relacionados aos diversos tipos de usos. A produção do espaço por agentes de transformação gera processos de degradação ambiental muitas vezes irreversíveis e faz emergir a relevância de estudos baseados na discussão em torno do comprometimento das funções ecológicas de sistemas de grande relevância ambiental e das mudanças nas condições de vida de populações tradicionais.

Considerando que a problemática de degradação de ambientes costeiros enquadra-se na categoria de tema ambiental socialmente relevante, revelando-se como detentora de potencial para o desenvolvimento do raciocínio geográfico pelo aluno, é que se destaca a importância desse campo de investigação como conteúdo de ensino nas aulas de Geografia.

Nessa perspectiva, o presente texto buscou refletir sobre a importância da construção do recurso de ensino (cartilha), à luz de referenciais teórico-metodológicos para o tratamento da temática de degradação costeira como instrumento a ser utilizado nas ações didático-pedagógicas em escolas da rede pública.

REFERÊNCIAS

BRASIL, SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: geografia**. MEC/SEF, Brasília, 1998.

CALLAI, Helena Copetti. **A Geografia e a Escola: muda a Geografia? Muda o ensino?**. Terra Livre, São Paulo, n.16, p. 133-152, 2001.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A geografia escolar e a cidade: Ensaio sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana**. Campinas: Papirus, 2012.

JESUS, Marcus Henrique Oliveira de Jesus; OLIVEIRA, Anízia Conceição Cabral de Assunção. **Transformações na paisagem costeira de Conde-BA: análise da**



configuração espacial a partir do padrão de uso e ocupação. **Relatório** técnico final de Iniciação Científica. Salvador: 2016, p. 21.

JESUS, Marcus Henrique Oliveira de Jesus; OLIVEIRA, Anízia Conceição Cabral de Assunção. Paradigmas de Desenvolvimento e perspectivas de planejamento no espaço costeiro de Conde-BA. **Relatório** técnico final de Iniciação Científica. Salvador: 2017, p. 33.

JESUS, Marcus Henrique Oliveira de; OLIVEIRA, Anízia Conceição Cabral de Assunção. Análise do padrão de uso e ocupação da zona costeira de Conde/BA. In: PEREZ FILHO, A.; AMORIM, R. R. (org). **Os Desafios da Geografia Física na Fronteira do Conhecimento**, [S.l.], v. 1, p. 2928-2933, oct. 2017. Disponível em: <<https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/sbgfa/article/view/2162/1754>>. Acesso em: 16 nov. 2017. doi:<https://doi.org/10.20396/sbgfa.v1i2017.2162>. ISBN 978-85-85369-16-3

JESUS, Marcus Henrique Oliveira de; OLIVEIRA, Anízia Conceição Cabral de Assunção. Transformações socioespaciais no litoral: Considerações sobre ideologia geográfica, desenvolvimento e planejamento. In: **IV Encontro Nacional e X Fórum Estado, Capital, Trabalho**. São Cristóvão.2017b, p. 1-16.

KAERCHER, Nestor Andre. **A Geografia escolar**: gigante de pés de barro comendo pastel de vento num fast food. Terra Livre, v. 1, p. 27-44, 2007.

MORAIS, Eliana Marta Barbosa de. **As temáticas físico-naturais no ensino de Geografia e a formação para a cidadania**. Annekumene, v. 1, p. 182-193, 2011.

SILVA, Luana Araújo da; NUNES, Ana Paula Nunes; SILVA, Claudionor de Oliveira; SEVERO, Daniele da Silva; BRITO, Sirlange Soares da Silva. OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DE GEOGRAFIA DO ENSINO FUNDAMENTAL. In: Anais do **I Congresso de Inovação Pedagógica em Arapiraca**. Arapiraca, 2015, p. 1-14.

VITÓRIA, Silas de Santana; JESUS, Marcus Henrique Oliveira de; OLIVEIRA, Anízia Conceição Cabral de Assunção. Paisagem costeira de Conde-BA: uma análise integrada a partir da caracterização da dinâmica biofísica e do uso e ocupação. Anais do **11º Simpósio Nacional de Geomorfologia**, 2016.

VITÓRIA, Silas de Santana; OLIVEIRA, Anízia Conceição Cabral de Assunção. **Relatório** Final do Programa de Iniciação Científica do IFBA. Salvador. 2016. p.21